

Posfácio

UM ESTUDO DE ALERTA

Este é um posfácio reconhecidamente anômalo, posto que:

- destina-se à clausura de livro contendo delongada, complexa reflexão sobre o Projeto ZFM
- – mas imprudentemente solicitado a, e escrito por um notório e confesso não-especialista em Zonas Francas, Distritos ou Pólos Industriais, Arranjos Produtivos Locais, quiçá *Clusters* e similares.

A anomalia esfuma-se um tanto, entretanto, se levarmos em conta o próprio contexto em que o Autor do texto assenta a discussão. Pois ele esquiva-se, inteligentemente, a discutir a ZFM e suas nuances, *per se*, como se ela fora algo que não caberia questionar, quando muito investigar: um fado natural. Ao inverso, coloca-a em pauta como um fato social cujas apostas e respostas precisam ser, permanentemente, avaliadas. E nem por isso devemos nos sentir obrigados a uma sintonia fina com as idéias e conclusões do Autor. É, aqui, o que menos nos preocupa – a ele e a mim.

-- I --

Na verdade, a leitura inicial que, em diagonal, faço do livro caleidoscópico de Antônio José Botelho, em nada se prende aos aspetos institucionais ou históricos do experimento, que têm raízes no passado. Vincula-se antes à minha compreensão de que, na verdade, muito mais do que a convocação de “um estado de alerta”, nele se oferece “**um estudo de alerta**”. A capital amazonense tornou-se ‘refêm’ do modelo ZF – objeto, todavia, de Projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional visando a convertê-la, de direito, posto que já o é de fato, em Pólo Industrial. Quer dizer: consagrando definitivamente o seu perigoso viés de extrema especialização ao arpejo e à revelia de ‘amazonidades’.

Nesse particular, confesso, nada mais faço do que reproduzir conceito haurido de amigo qualificado, que aí vive o dia-a-dia, mas olha à frente, e entrementes comparte das benesses zonais ressaltadas pelo saudoso Prof. Samuel Benchimol no Prefácio. Na essência e salvo melhor juízo, a mudança de rótulo sugerida não altera a experiência em curso, embora permita ao legislador, se o quiser, debruçar-se de forma mais acurada sobre a escolha feita. Em especial, a concentração em setores de tecnologia avançada, apátridas, encravados na “voragem” da Selva, engolfados no

proclamado “epicentro geográfico” do assim chamado “aranhol potâmico” do consagrado “Rio-Mar”: em suma, o caluniado “Inferno Verde”. Escassa em benefícios a montante e a jusante da macrocefalia da ZFM, que concentra algo como 95,0% da economia estadual. Avara na multiplicação dos seus efeitos para a desejada geração sustentada da renda e do emprego (salvo no próprio Distrito Industrial) no vasto território e no rico ecúmeno ao seu redor – vale dizer, no denso tenso extenso intenso entorno amazônico. Sem selo, carimbo, DNA (ADN, em vernáculo) caboclo.

-- II --

Certo, já houve propostas e ensaios visando a sair da camisa de força do “enclave avançado” em que se converteu a urbe manauara – avançado, mas enclave. O lábaro estrelado do Terceiro Ciclo, que sucederia aos ciclos da borracha e da própria Zona Franca, foi hasteado por escasso tempo sob a regência de anterior governo estadual. As tentativas de diversificar os investimentos produtivos, apoiando-os em insumos regionais e daí numa rede de APLs racionalmente concebidos, talvez possam ainda ser apontadas aqui ou ali. Quer dizer: em restritos círculos pensantes da Amazônia Ocidental, por vezes incompreendidos, mas louváveis, ocorrem surtos de uma inquietação saudável que volta à tona recorrentemente.*

Às vezes, porque políticas ‘nacionais’, gerais, minam de chofre as vantagens especiais criadas para calçar o Projeto ZFM, como já aconteceu, submetendo-o a um atrito desgastante. E de hábito, porque essas mesmas vantagens enfrentam o cotidiano da crônica de uma morte anunciada em disposição constitucional. A ementa concebida para o *day after*, até onde me tem sido possível acompanha-la, não parece ir muito além de ajustes

* O Autor fez-me a gentileza de chamar a atenção para o anúncio da ZFV – Zona Franca Verde, conduzida pelo governo atual do Amazonas, e cujas informações inaugurais podem ser encontradas no *site* da Secretaria do Meio Ambiente. Nelas, a rigor, apenas está apensa uma declaração de intenções, desprovida de dados objetivos sobre programas, projetos, ações, metodologia, orçamento. Por outro lado, não revelam nem anunciam nenhuma aproximação ou articulação substantiva com as ações da ZFM – limitando-se a alertar para a necessidade vital de a esta manter e ampliar, visto que são as suas indústrias, como reconhece ao modo chão e raso, que “*geram impostos que financiam o Programa Zona Franca Verde – ZFV*”. É uma confissão de dependência, não de influência. E a sua proposta revela-se extremamente autista, centrada numa ideologia de suposto desenvolvimento auto-sustentável de comunidades interioranas, sem estabelecer liames sólidos, efetivos, com o sistema produtivo instalado na ZFM. Assim, se e quando efetivamente implantada, passarão a ser dois procedimentos distintos, operando em canais paralelos, independentes e não necessariamente harmônicos, concebidos e conduzidos por instâncias político-administrativas de diferentes esferas do setor público. Oxalá os fatos venham a desmentir-me e não se repita na impropriamente denominada Zona Franca Verde, o delíquio precoce do Terceiro Ciclo. *Em tempo* – Outras publicações, posteriormente envidas pelo A., de publicidade da ZFV, fazem concluir que ações foram desencadeadas e alcançaram certa dimensão. Seja permitido fazer votos no sentido de ganharem, a nível macro, organicidade plena e sustentabilidade efetiva -- tanto a econômica como a ecológica e a social. Em assim sendo, pode vir a justificar-se – apesar do nome descaído.

institucionais, ou do aprimoramento dos instrumentos utilizados, e só de forma tateante, da revisão da equação setorial do modelo a manter.

-- III --

O Prof. Antônio José Botelho vai mais longe. E escreve com o respaldo de currículo pessoal construído de longa data na própria instituição por ele permanentemente repensada. Não é um observador de fora, preconceituoso, talvez incomodado pelos êxitos do Projeto e rabugento frente a resultados questionáveis mas usufruídos e celebrados em prosa e verso. É, sim, um seu declarado e convicto adepto, todavia saudavelmente crítico, capaz de projetar a incerteza do hoje sobre a aspereza do amanhã, e questionar, por isso, a insustentável leveza do ser “ZFM” bem como a rala interiorização dos seus benefícios. Lúcido, o suficiente, para não colar a questão do desenvolvimento à do puro crescimento. Preocupado o bastante para colocar sobre a mesa, o desafio maior da sustentabilidade integrada da Amazônia, assim a natural como a social. Desprovido, *quantum satis*, dos antolhos que impedem alguns de ver as evidentes auto-limitações do modelo. Ao seu estilo, retoma eventualmente a discussão sobre um ideal Projeto Amazônico apoiado, como seria curial, e nisso tenho insistido, em... ‘amazonidades’. Comparecendo, portanto, aos mercados nacionais e mundiais com produtos finais resultantes do bom aproveitamento daquilo que é só da Amazônia e a distingue do planeta circundante. Um Projeto que parta de dentro para fora, o arrojo de uma oferta lançando-se à dura aventura da captura da sua ainda obscura procura, e que por isso se distinga de outros Projetos, em outros sítios, continentes, momentos. Não mimético tipo papel carbono, mas profético. Dúvidas? Está bem, há quem aponte um certo radicalismo na proposta. Pois então, eia! Ofereça proposta melhor.

-- IV --

Ainda assim, ou por isso mesmo, sinto falta num livro como este, que convoca a uma salutar revisão da ZFM, do refinamento ampliado do debate. Cumpre imprimir-lhe o sinete de outra inevitável e contundente busca, que não podemos seguir fingindo ser desprezível – ou, dito de modo mais elegante, ‘despicienda’. Essa busca é que apontará para uma inserção decente da Amazônia na globalização em curso. E aqui não estou me referindo apenas, nem prioritariamente, à globalização financeira ou mesmo econômica. Estou me referindo à globalização moral e política, ostensiva ou evasiva. A Amazônia como uma questão cultural, central, de geopolítica. E isso é, ou devia ser, o óbvio ululante. Arregalem-se-nos, de uma vez por todas, as pupilas ainda toldadas por astigmas ideológicas.

A tendência atual, ao inverso, maiormente se expressa em rudes/sutis tentativas de... internacionalização, menos da propriedade do que do uso de nossos recursos naturais, alguns crescentemente escassos lá fora, outros crescentemente necessários (com apelo a eufemismos tais como “bens comuns da humanidade”, “uso social global”, “soberania compartilhada”, ou ‘restrita’, ‘limitada’ e quejandos). Sim, estou batendo na enfadonha tecla dos riscos a que estamos sujeitos na região, via regulamentação ‘planetária’ do aproveitamento da biodiversidade, da água doce, do acesso a minérios estratégicos, do controle sobre emissões de gases poluentes etc. e tal. Atenção, entretanto, e repelindo *ad liminam, ad cautelam, ad nauseam, ad aeternum* desvios de discussões anteriores sobre a matéria: não perco o sono à conta de hipotética possível descida aparatosa no curto ou médio prazo, de uma Brigada de Cavalaria Aérea sobre o Bumbódromo, o Ver-o-peso, o Marco Zero, a *Mad-Maria* ou a pororoca da sazão... Em todo caso: quem disse que o velho *big stick* virou sucata da história?

Seria um exagero reproduzir aqui a emaranhada perlanga a respeito. O que incomoda, não é tanto a discussão em si, até certo ponto inevitável, das implicações da finitude de certos recursos naturais e de possíveis regras universais básicas para o seu uso. O que dá urticária é a assimetria dos brados retumbantes a respeito – o fato de que nós, amazônidas, somos apontados de saída como reles culpados, réus lazarentos, e o reverso da medalha é escamoteado. O Sr. Pascal Lamy, o indigitado todo-poderoso da OMC, informa que, ao reivindicar um estatuto internacional para as *rain forests* não pensa na hiléia amazônica – como se alguém pudesse supor que está se reportando às da Arábia ou do Loire... Já o Sr. Ricardo Petrella faz ver, com terna candura, que ao propor um condomínio mundial dos aquíferos potáveis, não é só do manancial hídrico amazônico que cuida, pois também está em causa o europeu – ou talvez o dos oásis saarianos...

Quero somente sugerir, por imprescindível, que as futuras políticas de desenvolvimento sustentável e sustentado na Amazônia (tanto a Ocidental como a Oriental, a Setentrional e a Meridional, e quantas mais haja, ou seja: o nosso velho, íntegro Grão-Pará – e mais a Pan-Amazônia), precisam ser redesenhadas à luz dessa realidade maior.

-- V --

E aproveito, se me permitem, a “ensanchar oportunosa”, para um parêntesis útil. Há quem acoime de infantis ou defasados os incautos que repercutem tais assombrações. O contra-ataque envereda por duas vias. Primeiro, tentando desqualificar os arautos das teses meta-amazônicas, como se os Bush da vida, e os Miterrand, Gorbachev, Gore, Thatcher &

Cia (e ONGs de alto coturno, instituições internacionais, Igrejas etc.) fossem desprezíveis Zés-ninguéns ou seres de outras galáxias. Depois, tentando convencer de que a escassez do precioso líquido será resolvida logo, logo, a partir de processos banais de dessalinização da água dos mares ou que a biopirataria se esvaziará pela sintetização em laboratório dos remédios definitivos contra a chatice, a calvície, ou mesmo o câncer, a Sida (Aids, para os ricos, os anglófonos, os subdesenvolvidos), e por aí vão. Cegamente encandeados, ecoam e entoam a soberbia dos signatários do Manifesto de Heidelberg lançado às vésperas da Conferência Rio-92, segundo o qual a Ciência tudo pode, tudo quer e tudo faz – e a tempo e hora. Esse, no entanto, é o adâmico pecado original, lembram? “*Vós sereis como deuses*” (Gn 3,5). Se, com efeito, o forem, saravá! Então os sonsos, tortuosos, torturantes (des)caminhos da internacionalização se dissolverão por falta de objeto, e todos voltaremos a dormir eternamente em berço esplêndido -- sobretudo na ilha industriosa da ZFM.

Penso, ao inverso, ser muito duvidoso que prevaleçam essas mágicas soluções, na quantidade, qualidade, diversidade e velocidade que se fazem imperiosas. Impossível aderir, sem mais, à tese ingênua de que o Projeto ZFM, quiçá transfigurado, pode subsistir na sua condição consolidada de enclave avançado (e, quem sabe, blindado) em meio a uma Amazônia convertida em “bem comum” da humanidade – conduzida, é claro, pelos iluminados do Norte. Uma ZFM à feição, quem sabe, de imprevisto e pós-moderno El-Dorado solto no espaço, imune a contaminações do entorno regido por códigos ‘globais’, dirigido por instituições ‘globais’, a serviço dos interesses ‘globais’. Esse, em resumo, o desafio intelectual reposto ao Autor do livro ora encerrado. E a todos os amazônidas de boa fé, siderados.

Ao fim e ao cabo...

...bem haja o Prof. Antônio José Botelho por ousar enfrentar certos tabus – e, repito, não é preciso cultivar, cultivar tudo quanto propõe. E que o seu exemplo seja denodadamente (per)seguido por muitos mais, de modo a alcançarmos as raízes profundas, ao menos, de algumas das fundadas preocupações regionais, muitas vezes resultantes de poderosas, inconfessáveis e extra-regionais razões. Ou sem-razões -- sabe-se lá.

Armando Dias Mendes

Brasília, Maio/Outubro de 2005